

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2015

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
2.1. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:	8
2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:.....	8
2.3. Adoção pela primeira vez das NCRF - ESNL:	8
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Fluxos de Caixa:.....	21
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	21
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	21
7. Ativos Intangíveis	24
8. Locações.....	26
9. Custos de Empréstimos Obtidos	26
10. Agricultura.....	26
11. Inventários	26
12. Rédito	26
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	27
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	28
15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	28
16. Imposto sobre o Rendimento	28
17. Benefícios dos empregados	28
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	29
19. Outras Informações.....	30

Jorge Afonso



19.1. Investimentos Financeiros	30
19.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	30
19.3. Clientes e Utentes	31
19.4. Outras contas a receber	31
19.5. Diferimentos	31
19.6. Outros Ativos Financeiros	32
19.7. Caixa e Depósitos Bancários	32
19.8. Fundos Patrimoniais.....	32
19.9. Fornecedores	33
19.10. Estado e Outros Entes Públicos.....	33
19.11. Outras Contas a Pagar.....	34
19.12. Outros Passivos Financeiros.....	34
19.13. Fornecimentos e serviços externos.....	35
19.14. Outros rendimentos e ganhos	35
19.15. Outros gastos e perdas	35
19.16. Resultados Financeiros.....	36
19.17. Acontecimentos após data de Balanço.....	36

Balanço

Santa Casa da Misericórdia da Guarda

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros


RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 6	3.683.620,30	3.739.485,89
Bens do património histórico e cultural	3, 6	1.208,21	1.208,21
Propriedades de investimento	3, 6	287.735,22	295.027,67
Ativos intangíveis	3, 7	13.946,39	13.371,87
Ativos Biológicos			
Investimentos financeiros	3, 19	61.468,35	64.899,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		4.047.978,47	4.113.993,24
Ativo corrente			
Inventários	3, 11	79.909,33	75.339,18
Clientes	3, 19	176.018,00	193.683,05
Adiantamentos a fornecedores		2.279,77	15.203,29
Estado e outros Entes Públicos	3, 19	36.845,18	13.906,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3, 19	18.966,00	19.360,50
Outras contas a receber	3, 14, 19	772.596,72	816.328,53
Diferimentos	3, 19	6.616,64	9.580,43
Outros Ativos financeiros	3, 19	-	-
Caixa e depósitos bancários	3, 4, 19	782.329,65	780.129,63
Subtotal		1.875.561,29	1.923.530,95
Total do Ativo		5.923.539,76	6.037.524,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	2, 19	5.290.114,00	5.290.114,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	2, 19	(577.572,01)	(518.839,85)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 19	304.707,44	321.902,43
Resultado Líquido do período		(65.987,04)	(64.751,45)
Total do fundo do capital		4.951.262,39	5.028.425,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3, 13		
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 19	161.148,46	236.796,85
Adiantamentos de clientes	3	-	2.651,46
Estado e outros Entes Públicos	3, 16, 19	104.063,97	105.491,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		2.990,07	62.270,91
Diferimentos	3, 19	261.011,47	172.014,79
Outras contas a pagar	3, 19	443.063,40	429.873,17
Outros passivos financeiros			
Subtotal		972.277,37	1.009.099,06
Total do passivo		972.277,37	1.009.099,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.923.539,76	6.037.524,19

Guarda, 4 de março 2016

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia da Guarda

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	3, 12	1.917.857,45	1.875.845,67
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 14, 19	2.011.285,17	2.048.506,50
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	3	10,12	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 11	(1.040.032,53)	(1.054.930,78)
Fornecimentos e serviços externos	3, 19	(607.482,05)	(633.120,31)
Gastos com o pessoal	3, 17	(2.365.012,94)	(2.300.166,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 19	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	3, 13		
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)		(14.360,03)	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	25,17
Outros rendimentos e ganhos	3, 12, 14, 19	190.311,42	205.250,53
Outros gastos e perdas		(30.790,24)	(40.812,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61.786,37	100.597,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	(138.316,70)	(179.207,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(76.530,33)	(78.609,97)
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 19	10.543,29	13.858,69
Juros e gastos similares suportados		-	(0,17)
Resultados antes de impostos		(65.987,04)	(64.751,45)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(65.987,04)	(64.751,45)

Guarda, 4 de março 2016

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia da Guarda

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

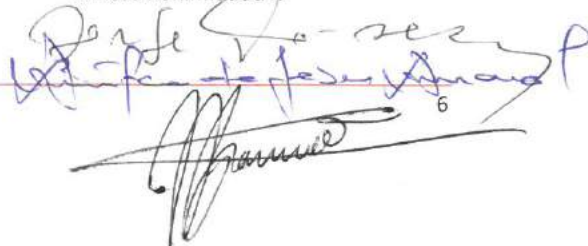
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	3, 19	3.082.774,08	1.681.282,12
Pagamentos de subsídios	3, 19		
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	3, 19	(1.826.176,28)	(1.832.832,26)
Pagamentos ao pessoal	3, 17	(2.362.332,23)	(2.258.209,33)
Caixa gerada pelas operações		(1.105.734,43)	(2.409.759,47)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	12.784,29
Outros recebimentos/pagamentos	3, 19	1.164.867,23	2.346.959,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		59.132,80	(50.015,23)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	(2.394,27)	(64.479,87)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3, 19	(3.731,55)	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	19	11.463,95	11.033,69
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		5.338,13	(53.446,18)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		64.470,93	(103.461,41)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		717.858,72	821.320,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	782.329,65	717.858,72

Guarda, 4 de março 2016

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e que se rege pelo seu Compromisso, com sede na Rua Dr. Francisco dos Prazeres, na cidade da Guarda. Tem como atividade o apoio aos mais desfavorecidos para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental;
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Inf. Financeira
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

2.1. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2015 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2014.

2.3. Adoção pela primeira vez das NCRF - ESNL:

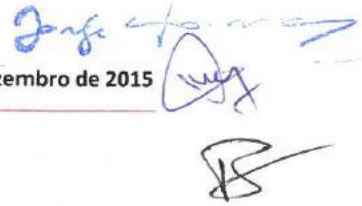
Não aplicável.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

**Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	entre 5 e 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu custo, sendo que a mensuração subsequente é determinada de acordo com o modelo do custo, seguindo os mesmos critérios definidos para os ativos fixos tangíveis.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevêem gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Encontra-se em curso um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento e mensuração do património nestas condições e que neste momento não se encontra considerado nas contas ou encontra-se considerado em outros ativos fixos tangíveis.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	5
...	
Outros Ativos intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill*

(ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Agricultura

Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:

Ativos biológicos

No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

Produto agrícola

Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

Subsídios não condicionais:

Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.

Subsídios condicionais:

Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

3.2.7. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e

cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável

3.2.13. Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 647 Irmãos e 614 utentes em média no ano de 2015 distribuídos da seguinte forma:

- 37 utentes Programa de emergência alimentar;
- 11 utentes no Centro Dia da Guarda;
- 18 utentes no Centro Dia da Guarda-Gare;
- 63 utentes no Lar na Guarda;
- 97 utentes no Lar na Vela;
- 45 utentes no Centro de Atividades e Tempos Livres;
- 13 utentes na Creche;
- 13 utentes no Jardim;
- 280 utentes no Conservatório;
- 37 utentes na Unidade de Cuidados Continuados.

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objecto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

4. Fluxos de Caixa:

O saldo da conta 1210 – Banco Português de Investimento, com o saldo de 11.099,91 € encontra-se cativo, por ser referente a valores de um utente à guarda da Instituição. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros identificados no período foram considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Bens imóveis	1.208,21	-	-	-	-	1.208,21
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	1.208,21	-	-	-	-	1.208,21

	Saldo em 01-Jan-2014	Abates	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Bens imóveis	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Instituto




31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Bens imóveis	1.208,21	-	-	-	-	1.208,21
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	1.208,21	-	-	-	-	1.208,21

	Saldo em 01-Jan-2015	Abates	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Bens imóveis	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Info
sup

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.609.553,11	39.412,46	-	-	-	4.648.965,57
Equipamento básico	1.021.695,43	22.337,00	-	-	-	1.044.032,43
Equipamento de transporte	216.538,56	-	-	-	-	216.538,56
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	350.634,17	6.258,68	-	-	-	356.892,85
Outros Ativos fixos tangíveis	33.759,23	-	-	-	-	33.759,23
Total	6.232.180,50	68.008,14	-	-	-	6.300.188,64
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.165.173,94	112.123,43	-	-	-	1.277.297,37
Equipamento básico	854.661,58	33.500,25	-	-	-	888.161,83
Equipamento de transporte	162.425,16	16.659,51	-	-	-	179.084,67
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	203.290,72	4.690,09	-	-	-	207.980,81
Outros Ativos fixos tangíveis	6.442,50	3.491,69	-	-	-	9.934,19
Total	2.391.993,90	170.464,97	-	-	-	2.562.458,87

	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2014
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.648.965,57	8.335,13	-	-	-	4.657.300,70
Equipamento básico	1.044.032,43	3.256,95	-	-	-	1.047.289,38
Equipamento de transporte	216.538,56	-	-	-	-	216.538,56
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.892,85	10.972,35	-	-	-	367.865,20
Outros Ativos fixos tangíveis	33.759,23	-	-	-	-	33.759,23
Total	6.300.188,64	22.564,43	-	-	-	6.322.753,07
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.277.297,37	90.524,44	-	-	-	1.367.821,81
Equipamento básico	888.161,83	17.892,87	-	-	-	906.054,70
Equipamento de transporte	179.084,67	16.659,51	-	-	-	195.744,18
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	207.980,81	2.872,48	-	-	-	210.853,29
Outros Ativos fixos tangíveis	9.934,19	2.991,42	-	-	-	12.925,61
Total	2.562.458,87	130.940,72	-	-	-	2.693.399,59

	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2015
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Info 40-2015

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2014
Terrenos e recursos naturais	2.578,39	-	-	-	-	2.578,39
Unidade de Saúde Familiar	364.622,23	-	-	-	-	364.622,23
		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Total	367.200,62	-	-	-	-	367.200,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Unidade de Saúde Familiar	64.880,50	7.292,45	-	-	-	72.172,95
		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Total	64.880,50	7.292,45	-	-	-	72.172,95

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2015
Terrenos e recursos naturais	2.578,39	-	-	-	-	2.578,39
Unidade de Saúde Familiar	364.622,23	-	-	-	-	364.622,23
		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Total	367.200,62	-	-	-	-	367.200,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Unidade de Saúde Familiar	72.172,95	7.292,45	-	-	-	79.465,40
		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Total	72.172,95	7.292,45	-	-	-	79.465,40

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não foi divulgado o Valor Patrimonial Tributário dos imóveis desta natureza, como uma base para a avaliação do justo valor destas ativos, por não ter sido possível estabelecer um relação entre as rubricas na contabilidade e a matriz predial.

7. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Inf. Financeira
[Assinatura]
[Assinatura]

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	4.348,50	-	-	-	-	4.348,50
Propriedade Industrial	20.820,75	-	-	-	-	20.820,75
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	(0,01)	-	-	-	-	(0,01)
Total	25.169,24	-	-	-	-	25.169,24
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	3.767,57	1.449,80	-	-	-	5.217,37
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	6.580,00	-	-	-	-	6.580,00
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	10.347,57	1.449,80	-	-	-	11.797,37

	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2014
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	4.348,50	658,05	-	-	-	5.006,55
Propriedade Industrial	20.820,75	-	-	-	-	20.820,75
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	(0,01)	-	-	-	-	(0,01)
Total	25.169,24	658,05	-	-	-	25.827,29
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	5.217,37	83,53	-	-	-	5.300,90
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	6.580,00	-	-	-	-	6.580,00
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	11.797,37	83,53	-	-	-	11.880,90

	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2015
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

8. Locações

Não aplicável.

9. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável.

10. Agricultura

Não aplicável.

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	60.263,82	652.936,75		55.740,68	685.903,37		60.263,82
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39.978,21	377.091,18	-	19.598,50	378.155,63		39.978,21
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	100.242,03	1.030.027,93	-	75.339,18	1.064.059,00	-	100.242,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.054.930,78			1.039.156,15
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Género alimentares: 12.716,72€;
- Material Clínico: 6.320,65 €;
- Material Hoteleiro: 3.545,42 €.
- Embalagens 1.053,75 €

No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

12. Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é

reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	780.144,11	763.234,73
Prestação de Serviços	1.137.713,34	1.112.610,94
Quotas dos utilizadores	1.118.258,61	1.096.087,29
Quotas e Jóias	12.432,00	11.850,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	7.022,73	4.061,29
Juros	10.543,29	13.858,69
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	1.928.400,74	1.889.704,36

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

Em, 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo	1.993.769,23	2.048.506,50
ISS, IP - Centro Distrital	633.809,32	699.678,08
DREC	161.643,49	49.787,00
Administração Regional de Saúde	976.599,64	981.164,41
SAD/PSP	1.476,44	8.362,58
Guarda Nacional Republicana	15.157,22	1.687,36
IASFA	611,46	
Instituto de emprego e Formação Profissional	12.608,95	1.467,26
Outros	191.862,71	306.359,81
Outros	17.515,94	-
Açoreana	9.385,94	
Zurich	8.130,00	-
Total	2.011.285,17	2.048.506,50

15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

16. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

17. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 179 e em 31/12/2014 foi de 176.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.937.667,43	1.887.053,94
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	410.055,31	391.220,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.204,11	13.038,30
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	5.086,09	8.854,36
Total	2.365.012,94	2.300.166,82

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

19.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	37.976,49	28.703,41
Método de Equivalência Patrimonial	37.976,49	28.703,41
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	175.277,47	175.277,47
Outros Métodos	175.277,47	175.277,47
Outros investimentos financeiros	2.388,34	732,64
Perdas por Imparidade Acumuladas	154.173,95	139.813,92
Total	61.468,35	64.899,60

19.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	12.432,00	11.850,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	12.432,00	11.850,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

19.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	141.549,38	193.100,31
Clientes	86.726,58	122.979,21
Utentes	54.822,80	70.121,10
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	31.746,14	32.428,63
Clientes	872,90	872,90
Utentes	30.873,24	31.555,73
Total	173.295,52	225.528,94

Nos períodos de 2015 e 2014 não foram registadas "Perdas por Imparidade":




19.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	389,90	389,90
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.691,03	3.495,02
Fornecedores devedores		
Outros Devedores	767.022,80	812.418,62
Perdas por Imparidade		
Total	770.103,73	816.303,54

19.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros		
Outros	6.616,54	9.580,43
...	-	-
Total	6.616,54	9.580,43
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	300,00	1.611,00
Subsídios Ativos Biológicos		
Outros (Subsídios à exploração)	260.594,80	170.403,79
Total	260.894,80	172.014,79

19.6. Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

19.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	3.433,89	3.439,79
Depósitos à ordem	74.905,70	114.418,93
Depósitos a prazo	701.000,00	600.000,00
Outros	-	-
Total	779.339,59	717.858,72

19.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	5.290.114,00	-	-	5.290.114,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(518.839,85)	6.557,12	65.289,28	(577.572,01)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	321.902,43		17.194,99	304.707,44
Total	5.093.176,58	6.557,12	82.484,27	5.017.249,43

Nos Resultados Transitados, as diminuições de 65.289,28 Euros justificam-se da seguinte forma:

- Correção de erro em "gastos a reconhecer" do ano de 2015 no valor de 537,83 Euros;
- Transferência do Resultado Líquido do ano de 2014 no valor de 64.751,45 Euros;

Nos Resultados Transitados, os aumentos de 6.557,12 Euros justificam-se da seguinte forma:

- Correção de erro em "Rendas antecipadas" do ano de 2014 no valor de 5.991 Euros;
- Correção de erro em "Conta corrente 543,62 Euros;
- Correção de erro em "Mensalidades antecipadas" 22,50 Euros.

19.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	160.111,98	234.688,07
Fornecedores titulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	230,71	230,71
Total	160.342,69	234.918,78

19.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	7.139,65	7.139,65
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	29.705,53	6.766,69
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	36.845,18	13.906,34
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.232,35	1.944,07
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	25.898,40	25.878,25
Segurança Social	66.285,54	72.592,72
Caixa Geral de Aposentações	4.551,02	4.926,97
Outros Impostos e Taxas	96,66	149,87
Total	104.063,97	105.491,88

19.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	426,00	-	471,03
Remunerações a pagar	-	426,00	-	471,03
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	53.431,76	-	60.637,84
Credores por acréscimos de gastos	-	330.742,87	-	340.651,63
Outros credores	-	23.869,41	-	28.087,68
	-	-	-	-
Total	-	408.470,04	-	429.848,18

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de:

- Uma penhora de 150 Euros de um funcionário da Instituição que ainda não tinha sido transferida para o solicitador;
- Os restantes 276 Euros resultam de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários e que neste momento já foram regularizados;

O saldo da conta Fornecedores de investimentos de 53.431,76 subdivide-se em:

- 520,04 Euros relativos à conta de "Adelino Martins Lucas" que têm que ser regularizados, uma vez que não são devidos;
- 43.102,52 Euros relativos à firma Chupas & Morrão que se encontram em contencioso;
- 594,84 Euros relativos ao "BBVA Instituição Financeira de Crédito" que têm que ser regularizados uma vez que não são devidos;
- 733,84 Euros relativos à "Ortoegi" que são efetivamente devidos;
- 1.863,45 Euros relativos à GEF Informática;
- 2.5830,00 Euros relativos à Clibinte;
- 4.059,00 Euros relativos à Gabilec.

19.12. Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

19.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	1.936,73	2.420,64
Serviços especializados	184.459,73	165.387,10
Materiais	12.742,22	15.164,32
Energia e fluidos	290.501,07	314.172,65
Deslocações, estadas e transportes	2.080,36	3.232,02
Serviços diversos (*)	96.680,69	130.244,45
Comunicação	20.729,81	21.668,91
Limpeza, higiene e conforto	38.839,34	40.546,17
Encargos de Saúde com Utentes	12.297,73	14.033,92
Total	588.400,80	630.621,18

19.14. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	9.248,03	7.536,22
Descontos de pronto pagamento obtidos	23.591,65	23.683,28
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	87.511,84	80.514,86
Outros rendimentos e ganhos	60.686,82	93.516,17
Total	181.038,34	205.250,53

19.15. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	525,98	1.652,36
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		3.644,04
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	29.036,29	35.516,32
Total	29.562,27	40.812,72

19.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		0,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	0,17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	10.543,29	13.858,69
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	10.543,29	13.858,69
Resultados financeiros	10.543,29	13.858,52

19.17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guarda, 4 de março de 2016

O Técnico Oficial de Contas



A Mesa Administrativa





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



4-03-2016

Relatório da Mesa 2015



Índice

1. Órgãos Estatutário.....	3
2. Introdução	5
3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição	6
3.1. A Economia mundial	6
3.2. A Economia Portuguesa	7
3.3. Expetativas Futuras	8
4. Análise da Atividade da Instituição	9
4.1. Rendimentos e Gastos	9
4.2. Resultados Por Valência.....	10
4.3. Ativo, passivo e situação líquida	13
4.4. Participações Financeiras.....	13
4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento	14
4.6. Principais riscos e incertezas.....	14
4.7. Questões ambientais	14
4.8. Questões relativas a trabalhadores	14
4.9. Existência de Sucursais	14
4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado.....	14
4.11. Gestão de Riscos Financeiros	14
4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais.....	14
4.13. Rácios	15
5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício	15
6. Evolução Futura.....	16
8. Aplicação de Resultados	17



1. Órgãos Estatutário

Em 31 de Dezembro de 2015

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Inácio Monteiro

1.º Secretário: Joaquim Belo Rafael

2.º Secretário: Manuel Batista Rodrigues

Suplente: Manuel Alberto Pereira de Matos

Suplente: Carlos Jorge dos Santos Videira

Suplente: Inácio Fernandes Vilar

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca

Vice-Provedor: José Alexandre Gomes Silva Branco

Secretário: Vitor Manuel Monteiro Cunha Lavajo

Tesoureiro: Amilcar de Jesus Amaral

Mesário: Henrique José B. Pissarra Monteiro

Mesário: Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro

Mesária: Henrique Manuel Ramos Fernandes

Suplente: Marisa Santiago dos Santos

Suplente: Maria João Reis Neves Carvalho

Suplente: José António Barros Alves



CONSELHO FISCAL

Presidente: Orlando Manuel Jorge Gonçalves

Efetivo: António Alexandre Martins da Costa

Efetivo: António Júlio Gonçalves dos Santos

Suplente: José Carlos Travassos Relva

Suplente: Maria Olimpia Gomes Vieira

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho



2. Introdução

Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2015.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Provedor



3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição

3.1. A Economia mundial

A economia mundial ao longo de 2015 manteve um trajeto de crescimento moderado e com taxas de crescimento muito divergentes entre regiões: as economias avançadas recuperam gradualmente e as economias de mercado emergentes registam uma desaceleração. Esta tendência iniciou-se em 2013 e foi agravada com a queda do preço das matérias-primas, designadamente do petróleo. Registou-se um crescimento dos salários nos países desenvolvidos a par de um aumento da confiança dos consumidores para os níveis verificados antes da crise. A política económica da China foi reorientada para um modelo baseado no mercado interno o que se traduziu numa redução gradual do crescimento económico relativamente às taxas muito elevadas da última década. Especialmente nos setores da construção e indústria transformadora - intensivos em matéria-prima. Esta política reduziu a procura de matérias-primas na China, juntamente com fatores do lado da oferta com influência no mercado do petróleo, contribuiu para o decréscimo acentuado nos preços das matérias-primas nos últimos meses. A diminuição dos preços e a contração observada nos mercados teve um impacto significativo em muitas economias emergentes exportadoras de matérias-primas. No caso do Brasil e da Rússia, a estes associaram-se fatores políticos e estruturais, resultando na contração da atividade económica. A fraca procura nas economias de mercado emergentes levou a uma forte diminuição do comércio mundial de bens e serviços durante o primeiro trimestre de 2015, apenas parcialmente contrabalançado pelo aumento da procura nas economias avançadas. O FMI previu para 2015 um crescimento do PIB mundial em 3,3%, perto dos 3,4% registados em 2014. As economias avançadas crescerão 2,1% (1,8% em 2014) e as economias de mercado emergentes deverão situar-se nos 4,2% (contra 4,6 % em 2014). Apesar da redução relativa para o crescimento do PIB mundial, são estas últimas economias que sustentarão mais de 70% do PIB mundial. Já na área euro mantêm-se a melhoria do ritmo de crescimento verificado desde o final de 2014. O rendimento real disponível aumentou com a forte diminuição nos preços dos produtos energéticos. Este rendimento acabou por ser canalizado para o consumo privado que registou um forte impulso. Enquadrado por melhorias no mercado de trabalho. As políticas não convencionais do BCE contribuíram para o fortalecer da atividade económica. Registou-se uma diminuição do custo do crédito. A atividade económica em Espanha acelerou, o que influencia positivamente as exportações portuguesas. Apesar das incertezas com as negociações com a Grécia, cujos efeitos negativos acabam por se concentrar dentro de portas, Itália e França tendem a recuperar da estagnação do final de 2014. Os conflitos Rússia / Ucrânia impactaram negativamente a economia da área do euro. Com a melhoria registada das condições económicas da zona euro e o



enfraquecimento da moeda euro, que depreciou 6,2% em termos nominais, foi possível o aumento das exportações portuguesas. Contrariando este crescendo de procura externa surge Angola em fase de contração económica induzida pela redução do preço do petróleo. No que respeita à inflação da zona euro, com registos decrescentes dos últimos três anos, passou em janeiro para -0,6%, explicado fundamentalmente pela diminuição dos custos energéticos. Em maio recuperou para valores positivos face ao aumento dos preços do sector dos serviços e ao programa de compra de ativos.

3.2. A Economia Portuguesa

A nível nacional, no primeiro semestre de 2015 a economia manteve a tendência de recuperação moderada, em convergência com a área do euro. A dinâmica da procura externa continuou a registar-se e as medidas alargadas levadas a cabo pelo BCE contribuíram para a melhoria das condições monetárias e financeiras. Consolidaram-se as expectativas favoráveis dos diversos agentes económicos quanto à evolução do rendimento permanente. Ao nível da procura interna manteve o dinamismo especialmente no consumo de bens duradouros e o investimento em máquinas e material de transporte. A forte quebra no consumo interno registada nos últimos anos explica de alguma forma este progressivo crescimento. As exportações cresceram respondendo à procura de bens e serviços nacionais. No mercado de trabalho, regista-se um aumento significativo do emprego no sector privado e uma diminuição do emprego no sector público, embora num ritmo inferior ao dos anos anteriores e uma forte queda do desemprego. Apesar desta recuperação económica, a inflação manteve-se a níveis mínimos. Os equilíbrios macroeconómicos continuaram a aproximar-se gradualmente, destacando-se o processo de desalavancagem das Instituições do sector financeiro e a manutenção de um excedente na balança corrente e de capital, com base no excedente da balança de bens e serviços. A execução orçamental registada permite boas perspetivas sobre o encerramento em 2015 do procedimento dos défices excessivos. O sector da construção continua em baixa em termos de VAB e emprego. O mercado de crédito caracteriza-se neste período por uma canalização crescente para as Instituições com melhor perfil de risco. Verifica-se que o ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido mais gradual do que em períodos recessivos anteriores. O atual nível de crescimento da economia portuguesa está influenciado pela diminuição da população total e da população ativa face aos fluxos migratórios e ao envelhecimento da população. Por outro lado, a queda acentuada do investimento Institucional. O nível de investimento Institucional ainda se situa abaixo do observado antes da crise financeira. Por último, o desemprego de longa duração, que apesar da sua diminuição no primeiro semestre, continua a provocar um impacto adverso ao crescimento da economia.



3.3. Expetativas Futuras

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para um crescimento ligeiro da atividade económica em Portugal em 2016, sendo que em 2017 deverá verificar-se um crescimento do PIB de 2%. De assinalar que o consumo interno deverá apresentar um acréscimo, de 1,7% tanto em 2016 como em 2017.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2014-2017 | TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM

	Pesos	Projeção março 2015			BE dezembro 2014			
	2014	2014	2015 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2014 ^(p)	2015 ^(p)	2016 ^(p)
Produto interno bruto	100,0	0,9	1,7	1,9	2,0	0,9	1,5	1,6
Consumo privado	65,2	2,1	2,4	1,7	1,7	2,2	2,1	1,3
Consumo público	18,4	-0,7	-0,5	0,2	0,0	-0,5	-0,5	0,5
Formação bruta de capital fixo	15,0	2,3	4,0	4,4	5,3	2,2	4,2	3,5
Procura interna	99,3	2,0	1,6	1,8	2,0	2,3	1,0	1,5
Exportações	39,7	3,4	4,3	5,8	6,2	2,6	4,2	5,0
Importações	39,0	6,2	3,9	5,5	6,1	6,3	3,1	4,7
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em p.p.) ^(a)								
Procura interna		0,3	1,0	0,8	0,8	0,5	0,6	0,6
Exportações		0,6	0,8	1,1	1,2	0,4	0,8	1,0
Balança corrente e de capital (% PIB)		2,1	3,3	3,3	3,5	2,6	2,8	2,9
Balança de bens e serviços (% PIB)		1,1	2,7	2,6	2,5	1,6	2,5	2,6
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,2	0,2	1,1	1,1	-0,1	0,7	1,0

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa "O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal", *Boletim Económico* de junho de 2014.

As projeções apresentadas deixam patente uma perspetiva de recuperação gradual da economia portuguesa. Em 2016 e 2017, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. A procura interna apresenta um crescimento moderado, que se mantém condicionado pela necessidade de continuação do processo de consolidação orçamental e pelos elevados níveis de endividamento do sector privado. Adicionalmente, projecta-se ao longo do período 2015-2017 uma aceleração moderada do emprego e uma diminuição progressiva da taxa de desemprego. Num quadro de reduzidas



pressões inflacionistas, a inflação deverá permanecer em níveis baixos, aumentando ao longo do horizonte de projeção.

4. Análise da Atividade da Instituição

4.1. Rendimentos e Gastos

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica sólida. Verifica-se que o ativo corrente (1 875 561,29 €) é amplamente superior ao passivo efetivo (972 277,37 €) situação que revela uma ampla capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.

O resultado do período, negativo em 65 987,04 €, está em grande medida relacionado com as depreciações e amortizações (desgaste sofrido pelos bens da Instituição em resultado da prossecução dos seus fins sociais) registadas no período económico e que ascendem a 138 316,70 €. Os resultados obtidos antes do registo das depreciações são positivos e de 61.786,37 €, o que evidência grandes esforços de racionalização de gastos.

Os gastos do ano de 2015 ascendem a 4 195 994,49 € (contra 4 208 238,01 € verificados em 31-12-2014), facto que significa uma redução de 12 243,52€ face a igual período homólogo do ano anterior. Este efeito é a confirmação do controlo de gastos que tem sido seguido na gestão da Instituição.

As rubricas de maior significado correspondem aos “Gastos com o pessoal” (56,36% do total dos gastos), cujo valor ascende a 2 365 012,94 € (mais 64.846,12 € que em 2014) situação essencialmente justificada com a reposição do valor das horas extraordinárias), o “custo das existências vendidas e consumidas” no valor de 1 040 032,53 (24,79% do total dos gastos) e que representa um decréscimo de 14 898,25 € face ao verificado em 2014. A outra componente significativa dos gastos é representada pelos “Fornecimentos e serviços externos” no valor de 607 482,05 € (14,48% do total dos gastos) e que face a 2014 apresentam um decréscimo de 25.638,26 €.

No “Custo das existências consumidas” encontram-se incluídos 619 310,84 € que correspondem ao custo das vendas da farmácia (contra 602 882,09 € verificados em 2014), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2015, 780 340,61 € contra 764 039,59 € verificados em 2014.



Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e participações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 3.148.998,51 € (contra 3.161.117,44 € verificados em 2014).

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 87 511,84 € em 2015, quando no ano de 2013 foram de 80 514,86 €, verificando-se assim um acréscimo de 6 996,98 € (mais 8,69%).

No que se refere à obtenção de juros, em 2015 foi obtido o montante de 10 543,29 € quando no ano de 2014 foram obtidos 13 858,69 €. Este efeito justifica-se com menor atratividade das taxas dos depósitos a prazo em 2015 face ao verificado em 2014.

4.2. Resultados Por Valência

	ADM	IGR	MORT	FARM	UCC	CDG	CDGG	LG	LV	PEA	CJI	ATL	CMSJG
Vendas e serviços prestados	12.447	0	2.129	780.341	95.877	9.860	14.527	480.392	347.001	1.126	26.697	42.042	105.419
Subsídios, doações e legados à ex	805	0	0	0	1.096.973	14.911	22.717	86.744	318.616	12.600	72.929	31.483	353.506
Variação nos inventários da produ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0
Custo das mercadorias V. e das m	-134	0	0	-619.311	-164.915	-6.522	-8.300	-74.950	-131.835	-5.743	-11.307	-17.015	0
Fornecimentos e serviços externos	-65.173	-19.921	-1115	-12.770	-188.934	-5.747	-7.080	-90.492	-123.514	-652	-32.005	-19.067	-41.012
Gastos com o pessoal	-196.994	-27.650	0	-83.957	-577.275	-22.066	-23.337	-346.463	-362.110	-9.811	-139.109	-58.917	-517.323
Ajustamentos de inventários (perd	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (p	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões específicas (aumentos/r	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/revers	-14360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	101.942	8.260	0	23.587	20.806	531	759	5.714	17.861	745	1.435	1822	6.848
Outros gastos e perdas	-12.767	0	0	-4.519	0	-137	-637	-2521	-7135	-391	-1097	-1024	-562
Res. antes de depr., gastos de	-174.234	-39.311	1.014	83.371	282.532	-9.170	-1.351	58.424	58.894	-2.126	-82.457	-20.676	-93.124
Gastos/reversões de depreciação	-28.371	-3.967	0	-1519	-44.628	-1.648	-815	-19.486	-24.188	-618	-2.980	-3.239	-6.857
Resultado operacional	-202.605	-43.278	1.014	81.852	237.904	-10.819	-2.166	38.938	34.706	-2.744	-85.437	-23.915	-99.981
Juros e rendimentos similares obtid	10.543	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	-192.062	-43.278	1.014	81.852	237.904	-10.819	-2.166	38.938	34.706	-2.744	-85.437	-23.915	-99.981
Imposto estimado para o período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	-192.062	-43.278	1.014	81.852	237.904	-10.819	-2.166	38.938	34.706	-2.744	-85.437	-23.915	-99.981



Administração

A administração que tem essencialmente como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos da Irmandade. Como custos são de destacar os custos com o pessoal dos serviços administrativos e os fornecimentos e serviços externos inerentes aos mesmos. O resultado desta valência são 192.062 Euros de prejuízo.

Igreja

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os custos com o pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado nesta valência é deficitário em 43.278 Euros.

Mortuária

A Mortuária tem como principal receita a estadia na Mortuária e como principal custo a electricidade e apresenta um lucro de 1.014 Euros.

Farmácia

As vendas da Farmácia ascenderam a 780.341 Euros e os descontos de pagamento obtidos foram de 23.5587 Euros. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 619.311 euros e os custos com o pessoal foram de 83.957 Euros. O lucro da Farmácia foi de 81.852 euros.

Unidade de Cuidados Continuados

As prestações de serviços perfizeram o valor de 95.877 Euros e os subsídios à exploração somaram o valor 1.096.973 Euros. Quanto aos custos são de destacar os gastos com o pessoal no valor de 577.275 Euros, os custos das mercadorias vendidas com 164.915 Euros e os fornecimentos e serviços externos com 188.934 Euros. O lucro desta valência foi de 237.904 Euros.

Centro Dia da Guarda

No Centro Dia da Guarda obteve-se um prejuízo de 10.819 Euros.



Centro Dia da Guarda Gare

O Centro Dia da Guarda-Gare teve um prejuízo de 2.166 Euros.

Lar na Guarda

As mensalidades do Lar na Guarda aumentaram 10.033 Euros face ao ano de 2014, e situaram-se nos 480.392 Euros. Os subsídios à exploração diminuíram 4.109 Euros face ao ano de 2014 e perfizeram o valor de 86.744 Euros. Quanto aos custos são de destacar os custos com o pessoal com 346.463 Euros, os fornecimentos e serviços externos com 90.492 Euros e os Custos das Mercadorias Vendidas com 74.950 Euros.

Lar na Vela

As Mensalidades do Lar na Vela perfizeram 347.001 Euros, ou seja, mais 5.075 Euros do que no ano de 2014. Os subsídios à exploração diminuíram 10.027 Euros face ao ano de 2014 e atingiram os 318.616 euros em 2015. No que diz respeito aos custos, são de destacar os Custos com o Pessoal no valor de 362.110 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 123.514 Euros e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas no valor de 131.835 Euros.

Programa de Emergência Alimentar

Neste Programa é de destacar do lado dos proveitos o subsídio da Segurança Social no valor de 12.600 Euros e o resultado negativo do mesmo no valor de 2.744 Euros.

Creche e Jardim de Infância

A Creche e Jardim de Infância apresenta um saldo negativo, essencialmente devido à falta de utentes e aos elevados custos com o pessoal, que foram de 139.109 Euros em 2015. Assim sendo, o prejuízo foi de 85.437 Euros.

Centro de Actividades e Tempos Livres

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta um prejuízo de 23.915 Euros.



Conservatório de Música de São José da Guarda

O Conservatório tem um resultado deficitário de 99.981 euros, superior ao resultado negativo da própria Instituição que foi de 65.987 Euros.

4.3. Ativo, passivo e situação líquida

A Rubrica Clientes e Utentes ascende a 173.295,52€ e representa uma diminuição de 52.233,42€ em termos absolutos e 23,16 % em termos relativos face ao verificado em 2014.

A Conta "Outras Contas a Receber" reflecte um crédito de 770.103,73€, menos 46.199,81€ face a 2014.

Quanto aos meios financeiros líquidos os mesmos eram de 779.339,59€ e aumentaram 61.408,87€ em relação a 2014.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 4.047.978,47€, menos 66.014,77€ comparando com 2014.

Ao nível do passivo corrente este passou de 1.009.099,06€ em 2014, para 972.277,37 em 2015.

O Total do fundo de capital passou de 5.028.425,13€ em 2014 para 4.951.262,39€ em 2015.

4.4. Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico, as seguintes participações:

- 13.000€, na Instituição Flexiparadigma, cujo objecto de negócio é a fisioterapia;
- 49.878€ no Banco Português de Gestão;
- 124.699,47€ na TVI, SA;
- 500€ na Cooprofar Farmácia - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200€ na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.



4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efectuar actividades relacionadas com investigação e desenvolvimento

4.6. Principais riscos e incertezas

A actividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está directamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Segurança Social e da Saúde tanto sob a perspectiva económica como financeira. Não existem financiamentos contratados.

4.7. Questões ambientais

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela Instituição SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

4.8. Questões relativas a trabalhadores

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à Instituição em cumprimento da convenção colectiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida ao nível da gerência tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.

4.9. Existência de Sucursais

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.

4.11. Gestão de Riscos Financeiros

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável, não se perspectivam alterações significativas neste âmbito. A entidade dispõe de condições de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais

Não se verificaram negócios entre a sociedade e os seus órgãos sociais.



4.13. Rácios

Autonomia Financeira= Fundos Patrimoniais/Activo=0,84

O activo da sociedade encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 84%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.

Solvabilidade Geral= Fundos Patrimoniais/Passivo= 5,09

A instituição tem uma óptima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações

Prazo Médio de Recebimentos= 44 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviço da Misericórdia é de 44 dias

Prazo Médio de Pagamentos=60 dias

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2015 de 60 dias.

5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.



6. Evolução Futura

No próximo exercício pretende-se continuar com o esforço de modernização e renovação das diversas respostas sociais de modo a oferecer as melhores condições a todos os utentes da Instituição e utilização dos recursos internos.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.

Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas de austeridade transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.



8. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2015 com Resultados Líquidos negativos no montante de 65.987,04 € (sessenta e cinco mil novecentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados".

A Mesa Administrativa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Santa Casa da Misericórdia da Guarda**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 5.923.539,76 € e um total de fundo patrimonial de 4.951.262,39 €, incluindo um resultado líquido negativo de 65.987,04 €), a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7. abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Mesa com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. A análise dos elementos constantes no cadastro de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento permitiu identificar um conjunto de discrepâncias face aos registos contabilísticos, sendo que não se mostrou viável estabelecer uma correspondência com os elementos patentes no registo da Autoridade Tributária e da Conservatória do Registo Predial. Consequentemente, não foi possível concluir quanto à asserção integralidade das classes de ativos acima referidas, pelo que não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos seus efeitos nas divulgações, nos ativos, nos fundos patrimoniais e nos resultados do exercício.

OPINIÃO

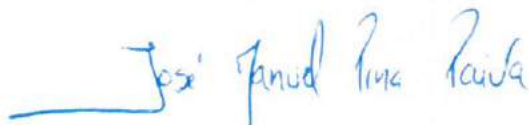
8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia da Guarda**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da Mesa é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Viseu, 7 de março de 2016

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 5.923.540 Euros e um total de capital próprio de 4.951.262 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.987 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com algumas Normas Técnicas de modo a obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a apreciação sobre se é adequada; em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Guarda, 8 de março de 2016

O Conselho Fiscal,

Ulisses H. J. Soares
J. Santos

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]